



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Cuidando E Protegendo O Meu Corpo

Taking care of and protecting my body

Cuidando y protegiendo mi cuerpo

Ailton Ramalho Silva

Faculdade Fasouza
Especialista em psicanálise
Ipatinga, Minas Gerais, Brasil
E-mail: ailtonlucas48@hotmail.com

Laudemir Alves da Silva

Faculdade Unida de Vitória
Mestrando em Ciências das Religiões
Vitória, Espírito Santo, Brasil
E-mail: demirpedagogo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a importância da educação sexual como instrumento de prevenção à violência sexual, física e psicológica contra crianças e adolescentes, considerando os impactos desse fenômeno no desenvolvimento integral dos sujeitos em formação. A pesquisa, de caráter qualitativo, fundamenta-se em referenciais teóricos que discutem a vulnerabilidade infantojuvenil e a necessidade de práticas pedagógicas voltadas à proteção e à promoção da autonomia. Para tanto, foram desenvolvidas oficinas pedagógicas baseadas na contação de histórias, recursos visuais e atividades lúdicas, que permitiram às crianças reconhecer partes do corpo que não podem ser tocadas, diferenciar carinho de abuso e compreender a importância de compartilhar situações de risco com adultos de confiança. Os resultados evidenciaram que a metodologia aplicada favoreceu a conscientização, a expressão de sentimentos e o fortalecimento da autoestima, confirmando a eficácia de estratégias participativas para a promoção da segurança infantil. Observou-se ainda que a inserção de práticas de educação sexual no ambiente escolar contribui para romper tabus, reduzir o silenciamento das vítimas e promover espaços de diálogo e acolhimento. Conclui-se que a integração entre escola, família e rede de proteção social é essencial para a construção de ambientes seguros e para o enfrentamento efetivo da violência contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: educação sexual, infância, prevenção, violência.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

ABSTRACT

This article analyzes the importance of sex education as a tool for preventing sexual, physical, and psychological violence against children and adolescents, considering the impacts of this phenomenon on the integral development of these individuals. The qualitative research is based on theoretical frameworks that discuss child and adolescent vulnerability and the need for pedagogical practices focused on protecting and promoting autonomy. To this end, pedagogical workshops were developed based on storytelling, visual resources, and playful activities, which enabled children to recognize body parts that should not be touched, differentiate affection from abuse, and understand the importance of sharing risky situations with trusted adults. The results showed that the methodology applied fostered awareness, the expression of feelings, and the strengthening of self-esteem, confirming the effectiveness of participatory strategies for promoting child safety. It was also observed that the inclusion of sex education practices in the school environment helps break taboos, reduce the silencing of victims, and promote spaces for dialogue and acceptance. It is concluded that integration between school, family and social protection network is essential for building safe environments and effectively tackling violence against children and adolescents.

Keywords: sexual education, childhood, prevention, violence.

RESUMEN

Este artículo analiza la importancia de la educación sexual como herramienta para la prevención de la violencia sexual, física y psicológica contra niños, niñas y adolescentes, considerando los impactos de este fenómeno en su desarrollo integral. La investigación cualitativa se basa en marcos teóricos que abordan la vulnerabilidad de niños, niñas y adolescentes y la necesidad de prácticas pedagógicas enfocadas en la protección y promoción de la autonomía. Para ello, se desarrollaron talleres pedagógicos basados en narraciones, recursos visuales y actividades lúdicas, que permitieron a los niños reconocer las partes del cuerpo que no deben tocarse, diferenciar el afecto del maltrato y comprender la importancia de compartir situaciones de riesgo con adultos de confianza. Los resultados mostraron que la metodología aplicada fomentó la concientización, la expresión de sentimientos y el fortalecimiento de la autoestima, confirmando la eficacia de las estrategias participativas para promover la seguridad infantil. También se observó que la inclusión de prácticas de educación sexual en el entorno escolar ayuda a romper tabúes, reducir el silenciamiento de las víctimas y promover espacios de diálogo y aceptación. Se concluye que la integración entre la escuela, la familia y la red de protección social es esencial para construir entornos seguros y abordar eficazmente la violencia contra niños, niñas y adolescentes.

Palabras clave: educación sexual, infancia, prevención, violencia.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda um assunto que ainda se apresenta como um grande tabu na sociedade, portanto, é preciso buscar compreender como essas questões do abuso sexual contra crianças e adolescentes se manifestam e são tratadas tanto no âmbito educacional como na saúde e segurança pública, analisando as perspectivas e práticas de educadores para ajudar na resolução desse problema.

Diante dos dados expressivos publicados no anuário brasileiro de segurança pública de 2024, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024, p. 160) que registrou 65.172 de casos de estupro de vulneráveis, fora os casos desconhecidos pelas autoridades, fato esse que poderia elevar essas estatísticas, o trabalho de prevenção contra o abuso sexual de crianças e adolescentes é de grande relevância perante o cenário atual.

A escola é um ambiente de vivências diárias, que abrange o educar e o cuidar e a formação do sujeito, por isso a educação sexual nesse ambiente é fundamental, para a proteção dos discentes em diversos espaços de sua convivência.

Atualmente o assunto tem ganhado destaque em diversos setores da sociedade, mas, ainda existe uma dificuldade de ser inserido no campo educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e suas posteriores alterações sempre reafirmaram a importância da formação básica do cidadão, entendemos então que essa formação cidadã precisa ser em todos os campos da vivência. Nesse contexto, torna-se relevante investigar como os professores e demais membros da comunidade escolar, percebem e abordam as questões referentes ao abuso sexual infantil.

Ao comparar as visões e experiências de professores, será possível buscar mudanças nas abordagens ao longo do tempo, bem como compreender os desafios e oportunidades para buscar solução para esse cenário.

A relevância deste projeto reside na possibilidade de contribuir para uma melhor compreensão e busca de soluções para que os casos de abuso sejam identificados e resolvidos.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Sabemos que debates sobre esse assunto podem gerar controvérsias e até o medo de entrar em um assunto tão delicado e que normalmente, atingem vários membros da família.

Para que possa alcançar o público desejado, o projeto promoverá reflexões a respeito do abuso sexual e da violência por meio de apresentações, desenvolvidas de forma lúdica e solidária de acordo com a realidade de cada escola.

É preciso que esse trabalho gere nas vítimas confiança para se abrir com a certeza de que serão ouvidas. A realização de oficinas pedagógicas com temas voltados para educação sexual e socioemocional ajudará os alunos a se proteger e não guardar segredo diante de possíveis violações.

A projeto buscará o diálogo e o trabalho em equipe possibilitando que as possíveis convergências e os desafios compartilhados pelos educadores na navegação deste tema sensível e em constante evolução. Ao fazer isso, espera-se lançar luz sobre como podemos ajudar para que tenhamos mudanças nos índices de violência sexual.

O trabalho será iniciado com a Educação Infantil da cidade de Timóteo podendo ser estendido as demais etapas da educação básica.

O objetivo geral da pesquisa consiste em reduzir e identificar casos de violência sexual, física e psicológica na infância e na adolescência, reconhecendo a relevância desse fenômeno social e suas graves implicações para o desenvolvimento integral dos sujeitos em formação. Para alcançar tal propósito, torna-se necessário adotar estratégias que permitam fortalecer a capacidade de proteção das crianças, estimulando a consciência sobre situações de risco e fornecendo instrumentos que favoreçam sua autonomia e segurança.

No âmbito dos objetivos específicos, busca-se, em primeiro lugar, auxiliar a criança a se proteger contra diferentes formas de violência, promovendo conhecimento e recursos que a capacitem a reconhecer sinais de perigo e a acionar mecanismos de defesa. Outro aspecto fundamental consiste em identificar situações perturbadoras que comprometam a integridade física e a saúde emocional, garantindo aos educandos um



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

espaço de escuta qualificada e um lugar de fala legítimo, no qual possam expressar suas vivências sem medo de repressão ou invisibilidade.

Além disso, objetiva-se facilitar o relato de sentimentos, pensamentos e conflitos, reconhecendo a importância da verbalização como elemento essencial para a elaboração psíquica e para o enfrentamento de experiências traumáticas. Por fim, pretende-se desenvolver noções sobre boas e más intenções de outras pessoas, de modo a favorecer o discernimento crítico da criança diante de interações sociais, prevenindo situações que possam comprometer seu desenvolvimento saudável. Dessa forma, os objetivos propostos articulam-se para fortalecer a proteção infantil e fomentar a construção de ambientes mais seguros, acolhedores e propícios ao pleno desenvolvimento humano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS IMPLICAÇÕES.

Qualquer tipo de violência acontece por causa da manifestação da força ou poder, mediante indiferença, violência física, psicológica e sexual e também pela falta de punição e os casos muitas vezes serem invisíveis. Como afirma Romaro e Capitão (2007)

O abuso sexual na maioria dos casos não é denunciada e há a omissão de parentes ou conhecidos quanto ao crime cometido. Tal violência deixa “feridas afetivas” na criança que não são cicatrizadas, uma vez que o ato é praticado por alguém que a criança confia.

Podemos perceber que a violência na grande maioria das vezes é ignorada pela família, e isso prejudica a formação sócio emocional da criança ou do adolescente e consequentemente para a sociedade em geral. A violência prejudica em todos os aspectos, sociais, na escola, na socialização com outros e geram transtornos emocionais diversos.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

As diversas formas de violência ou abuso afetam a saúde mental da criança ou adolescente, visto este se encontrar em um processo de desenvolvimento psíquico e físico, produzindo efeitos danosos em seu desempenho escolar, em sua adaptação social, em seu desenvolvimento orgânico. Vários estudos relacionam a violência doméstica com o desenvolvimento de transtornos de personalidade, comportamentos agressivos, dificuldades na esfera sexual, doenças psicossomáticas, transtorno de pânico, entre outros prejuízos (Holmes & Slap, 1998; Johnson, Cohen, Brown, Smailes & Berenestein, 1999).

A Lei Federal 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adota a ideologia da proteção integral, colocando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos sociais, políticos e jurídicos, em seus artigos 4 e 5, singularizam que no desenvolvimento do ser humano é necessário a garantia de um desenvolvimento social pleno em todas as suas nuances e que é função de toda sociedade o cuidado com as crianças e adolescentes.

Art. 04 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

1. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
2. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
3. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
4. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 05 – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Portanto é de fundamental importância que a escola esteja preparada para detectar e ajudar no cuidado, assim refletir mudanças sociais. Essas abordagens e essas discussões acerca do abuso não podem ter uma rigidez, mas ser discutida e juntos encontrar soluções efetivas de resolução do problema. É preciso buscar formas responsáveis de integrar no currículo maneiras de trabalhar o tema em questão.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Sempre houve uma dificuldade de se trabalhar o tema em questão por ser tratado sempre como tabu pelos profissionais da educação, porém é preciso preparação e de forma respeitosa, entendendo a forma de viver de cada um.

Com relação à vítima, pode-se afirmar que o silenciamento diante de uma situação que lhe viola, oprime, envergonha e, muitas vezes, desumaniza, constitui uma reação natural à situação vivenciada, posto tratar-se de um “cidadão em condições especiais de desenvolvimento”, submetido a uma relação assimétrica de poder (física e/ou psicológica) que, muitas vezes, se estende para além do controle e domínio da vítima propriamente dita (Cunha; Silva; Giovanetti, 2008, p. 283).

A maioria dos casos de abusos não são notificados e em sua maioria acontecem por diversas situações, sendo a falta de credibilidade para com a vítima, ameaças, receio dos familiares e amigos envolvidos, e pelo não cumprimento da lei pelos órgãos da rede de proteção, como a comunidade escolar e o sistema de saúde em notificar a suspeita de casos de violência, além da falta de segurança no Sistema de Justiça.

Partindo do pressuposto que, a maioria das crianças e adolescentes estão em idade de frequentar a escola e matriculados na rede pública ou privada, passando uma boa parte do tempo nas instituições educacionais, existe a necessidade de adotar formas de abordar o tema do abuso sexual através de conversas com os profissionais que atuam nesses espaços, bem como com os pais dos alunos.

2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A SEXUALIDADE.

Na BNCC é citado os 6 direitos de aprendizagem da criança na educação Infantil, sendo que nos direitos 5 e 6 lemos que:

5. Expressar: Permitir que as crianças se expressem de diferentes formas, como por meio da fala, do desenho, da música, do movimento, entre outros.

6. Conhecer-se: Apoiar o processo de auto reconhecimento e o desenvolvimento da identidade, da autoestima e da autonomia.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Toda criança deve ter o direito de expressar suas necessidades, emoções, descobertas, opiniões e questionamentos, por meio das diferentes linguagens, pois estas habilidades são de extrema importância para um desenvolvimento saudável e integral. Deve ter também momentos para fazer atividades para conhecer e construir sua identidade a partir da socialização no ambiente escolar. A partir disso ele poderá sentir-se pertencente ao grupo que convive e desenvolver-se de forma plena.

Laurell (2006) destaca que

A sexualidade é um componente fundamental na formação da identidade da criança e do adolescente. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, tem o papel de promover discussões que permitam aos alunos compreender suas próprias vivências e respeitar as dos outros, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Santos (2002) ainda destaca que a sexualidade infantil se desenvolve desde o nascimento e se manifesta de formas distintas em cada fase da infância, sendo influenciada pelas interações familiares e sociais.

Durante a infância, a descoberta do corpo e das diferenças acontece de forma natural e faz parte do processo de autoconhecimento. Nessa fase, é importante que a criança receba informações de acordo com sua faixa etária, em linguagem acessível e respeitosa, para desenvolver uma visão saudável de si mesma e do outro. A omissão ou repressão desse aspecto pode gerar inseguranças, tabus e desinformação, prejudicando o desenvolvimento emocional e social.

Na adolescência, as transformações hormonais intensificam as dúvidas, conflitos e pressões sociais. O jovem busca afirmação de sua identidade e pertencimento a grupos sociais, sendo influenciado por fatores como mídia, família, escola e redes sociais. A falta de orientação adequada pode levar a comportamentos de risco, além de contribuir para crises de identidade e baixa autoestima.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Quando a criança ou adolescente passa pela violência sexual é gerado consequências nos aspectos afetivos, nas relações interpessoais como, dificuldades de estabelecer relações de confiança, prejuízos cognitivos, além de impactar de forma expressiva a construção da sua autoestima desencadeando fragilidade emocional e insegurança ao lidar com outros e consigo mesmo.

O trauma que essa violência traz é um dos grandes problemas de saúde da atualidade, atingindo não só a vítima direta, mas toda sociedade.

A educação sexual, portanto, desempenha papel fundamental na formação social de crianças e adolescentes. Longe de incentivar a sexualização precoce, ela promove o respeito às diferenças, o reconhecimento de direitos, a prevenção da violência sexual e o fortalecimento da autonomia. Famílias e escolas devem trabalhar juntas nesse processo, oferecendo espaços seguros para diálogo, acolhimento e escuta ativa, respeitando os valores culturais, mas sem ignorar a necessidade de informação e apoio.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva da abordagem qualitativa, que se mostra adequada para a compreensão em profundidade de fenômenos sociais complexos, valorizando tanto as experiências dos sujeitos quanto os significados atribuídos por eles às suas práticas. A escolha dessa metodologia justifica-se pelo fato de que muitos aspectos relacionados à educação sexual preventiva na infância ainda são pouco explorados de forma sistemática, o que abre espaço para investigações que tragam novos olhares, enfoques inovadores e contribuições relevantes para o campo educacional e social. Assim, o estudo buscou construir conhecimento ao mesmo tempo em que valorizou as práticas pedagógicas que se desenvolvem em contextos escolares, oferecendo subsídios para a consolidação de estratégias de proteção integral à criança.

O eixo central da metodologia consistiu na realização de oficinas pedagógicas baseadas na contação de histórias, recurso que, por seu caráter lúdico e interativo,



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

possibilita às crianças refletirem sobre questões delicadas de forma segura, participativa e acessível. Foram selecionados livros e materiais audiovisuais cuidadosamente escolhidos em razão de sua pertinência temática e adequação à faixa etária de dois a seis anos, entre os quais se destacam: A menina das cores (Cândido, 2021), Meu corpo é especial (Geisen, 2007) e o vídeo Toque do sim e toque do não (Som & Laila, 2021). Esses materiais favoreceram a abertura para o diálogo sobre o corpo, os limites do toque e a diferença entre carinho e abuso, ao mesmo tempo em que estimularam a autoestima e a confiança das crianças em adultos de referência. A proposta foi garantir que os alunos adquirissem conhecimento e desenvolvessem consciência corporal sem medo ou constrangimento, rompendo, assim, com o que Furniss (1993) denomina de síndrome do segredo, em que o silêncio das vítimas é mantido por meio de ameaças e intimidação.

As oficinas foram planejadas e conduzidas de modo a promover a aprendizagem significativa por meio da ludicidade. Foram utilizados recursos complementares como cartões coloridos, que representavam o “toque do sim” e o “toque do não”, cartazes explicativos com imagens simples e atividades em que as próprias crianças eram convidadas a identificar quais partes do corpo poderiam ou não ser tocadas por outras pessoas. Durante a contação de histórias, o professor assumiu o papel de mediador, apresentando os personagens e conduzindo a narrativa de maneira participativa, enquanto lançava perguntas que instigavam a reflexão: “quais partes do corpo outra pessoa pode tocar?”, “o que deve ser feito quando alguém pede segredo sobre algo que causa desconforto?”, “quem são as pessoas em quem podemos confiar em situações difíceis?”. Essa mediação possibilitou que as crianças aprendessem a diferenciar carinho de abuso, desenvolvessem capacidade crítica diante de situações de risco e compreendessem a importância da comunicação imediata com um adulto de confiança.

A estrutura das oficinas priorizou a realização em grupos pequenos, considerando a sensibilidade do tema e a necessidade de garantir acolhimento e segurança aos participantes. Ao final das atividades, as crianças foram incentivadas a construir



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

coletivamente cartazes em que registravam, em linguagem simples, exemplos de situações de afeto legítimo e de comportamentos abusivos. Esse recurso visual consolidou o aprendizado e ofereceu protagonismo às crianças, que puderam expressar suas percepções e sentimentos de forma concreta. Além disso, foram incluídos jogos pedagógicos voltados ao reconhecimento e à expressão das emoções, permitindo que os alunos refletissem sobre tristeza, medo, raiva e alegria, fortalecendo, assim, seu desenvolvimento socioemocional.

Durante a execução da metodologia, os relatos espontâneos das crianças foram recebidos com atenção e respeito, de modo que, nos casos em que algum aluno demonstrava desconforto, sua participação não era forçada. Nessas situações, o diálogo era retomado de forma individualizada, evitando constrangimentos e garantindo a preservação do bem-estar emocional da criança. Nos casos em que surgiram indícios de situações de risco, a escuta foi conduzida com base nas orientações do guia de escuta especializada (Abdo, 2010), que recomenda o uso de perguntas não indutivas, adequadas à idade, de forma a evitar confusões ou interpretações equivocadas. Quando necessário, a direção escolar e o conselho tutelar foram acionados, assegurando a proteção integral da criança, sem exposição desnecessária ou revitimização.

O desenvolvimento desta proposta metodológica fundamentou-se na compreensão de que a sexualidade constitui um dos principais polos estruturantes da personalidade e da identidade, como defende Abdo (2010). Uma infância marcada por experiências de abuso compromete de forma irreversível o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, tornando imprescindível a implementação de práticas pedagógicas de caráter preventivo, sistemático e contínuo. Nesse sentido, é importante destacar que as ações propostas não devem se restringir a campanhas pontuais ou atividades eventuais, mas precisam integrar o cotidiano escolar, como parte da organização pedagógica da instituição, a fim de construir um ambiente educativo seguro e protetivo.

Todos os procedimentos da pesquisa seguiram rigorosamente os princípios éticos previstos para estudos com seres humanos, assegurando anonimato e sigilo das



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

informações, respeito à faixa etária dos participantes, cuidado no tratamento de situações sensíveis e encaminhamento responsável de eventuais casos identificados às instâncias competentes. Reconhece-se, ainda, que a formação continuada dos educadores é condição fundamental para a efetivação dessa proposta, sendo a leitura das referências bibliográficas e o estudo crítico da temática instrumentos indispensáveis para o aprimoramento profissional e para a condução de atividades pedagógicas seguras, responsáveis e transformadoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da aplicação da proposta pedagógica evidenciam que a contação de histórias e as oficinas lúdicas constituíram instrumentos eficazes para promover a conscientização das crianças acerca da proteção de seus corpos e do reconhecimento de situações de risco. As atividades narrativas e visuais, que exploraram livros e vídeos educativos, possibilitaram que os educandos identificassem as partes íntimas, compreendessem a diferença entre carinho e abuso e, sobretudo, percebessem a importância de comunicar situações de desconforto ou violação a um adulto de confiança. Esses achados corroboram estudos de Abdo (2010), que apontam a sexualidade como elemento estruturante da identidade, sendo fundamental o acesso a informações claras e adequadas desde a infância.

Além disso, verificou-se que os espaços de diálogo oportunizados durante as oficinas favoreceram a expressão de sentimentos e experiências, proporcionando às crianças segurança para relatar situações perturbadoras. Esse resultado está em consonância com Cunha, Silva e Giovanetti (2008), que destacam o silenciamento como um dos principais obstáculos à proteção infantil, já que a ausência de verbalização mantém as vítimas em condição de vulnerabilidade.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

A análise das oficinas revelou ainda que, ao utilizar recursos lúdicos, como cartões coloridos e dramatizações, o processo de aprendizagem se mostrou mais acessível e significativo, reduzindo resistências e medos. Segundo Furniss (1993), a “síndrome do segredo” que permeia as experiências de abuso pode ser superada na medida em que a criança encontra apoio e estratégias que lhe transmitam confiança, o que foi confirmado pela receptividade dos participantes neste estudo.

Outro aspecto relevante foi a percepção de que a integração entre educação sexual e socioemocional fortalece a formação integral do sujeito. Os relatos das crianças indicaram que o contato com atividades reflexivas ampliou não apenas a noção de proteção, mas também a capacidade de discernir intenções de terceiros, estimulando a autonomia. Esses resultados reforçam a concepção da BNCC (BRASIL, 2017), que reconhece o direito da criança de expressar suas necessidades e desenvolver sua identidade em ambientes educativos.

Do ponto de vista institucional, os resultados apontam para a necessidade de maior engajamento da comunidade escolar e da formação continuada de professores sobre a temática. Muitos educadores ainda apresentam resistência em abordar o tema, devido ao tabu cultural que envolve a sexualidade infantil, confirmando os apontamentos de Santos (2002) e Laurell (2006). A inserção dessas práticas nas rotinas pedagógicas não deve ocorrer apenas em campanhas pontuais, mas como parte de um projeto contínuo e transversal, capaz de promover mudanças culturais e reduzir a invisibilidade da violência sexual.

Por fim, é importante destacar que, embora a experiência tenha se mostrado positiva, algumas limitações foram identificadas, como a necessidade de acompanhamento psicológico especializado para crianças que apresentaram sinais de sofrimento durante as atividades. Essa constatação dialoga com os estudos de Holmes e Slap (1998), que relacionam a violência sexual a impactos de longo prazo na saúde mental e social dos indivíduos, reforçando a urgência de políticas intersetoriais que articulem educação, saúde e assistência social.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

Assim, os resultados confirmam que a abordagem pedagógica proposta contribui significativamente para a proteção e fortalecimento da infância, oferecendo não apenas ferramentas de prevenção contra a violência, mas também espaços de acolhimento, escuta e construção de autonomia crítica.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu constatar a relevância das práticas pedagógicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A utilização de estratégias lúdicas, como a contação de histórias e a exploração de recursos visuais e interativos, mostrou-se eficaz na promoção do conhecimento sobre o corpo, na diferenciação entre carinho e abuso e no fortalecimento da autonomia das crianças para comunicar situações de risco.

Os resultados alcançados evidenciaram que a criação de espaços de diálogo e escuta qualificada, em ambiente escolar, contribui não apenas para a conscientização, mas também para a construção de vínculos de confiança, rompendo o ciclo de silenciamento que frequentemente perpetua a violência. Além disso, ficou evidente que a integração entre educação sexual e desenvolvimento socioemocional favorece a formação integral do sujeito, ampliando sua capacidade de discernimento crítico e de autoproteção.

No plano institucional, os achados reforçam a necessidade de investir na formação continuada de professores, a fim de superar resistências culturais e tabus que ainda dificultam a inserção da temática no currículo escolar. A escola, como espaço privilegiado de socialização e cidadania, deve assumir papel ativo na identificação e na prevenção de situações de abuso, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

Conclui-se, portanto, que a abordagem pedagógica aqui proposta representa uma contribuição significativa para o enfrentamento da violência sexual infantil e adolescente, ao oferecer instrumentos práticos de proteção, estímulo à autonomia e à expressão



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

emocional dos educandos. Contudo, reconhece-se que os desafios persistem e que a efetividade dessa proposta depende da articulação intersetorial entre escola, família, saúde e órgãos de proteção, de modo a assegurar a construção de ambientes verdadeiramente seguros, acolhedores e promotores de dignidade.

REFERÊNCIAS

ABDO, Carmita. **Sexualidade humana e seus transtornos**. 3. ed. São Paulo: Leitura Médica, 2010.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Atualizada até outubro de 2017. p. 11. ISBN 978-85-7018-885-4.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 abr. 2025.

CÂNDIDO, Rita. **A menina das cores**. São Carlos: Editora Scienza, 2021.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 16 maio 2025.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Tradução de Lúcia Luísa de Albuquerque. São Paulo: Artes Médicas, 1993. p. 34–36.

GEISEN, Cynthia. **Meu corpo é especial: um guia para que a família converse sobre abuso sexual**. Ilustrações de R. W. Alley. Tradução de Darlei Zanon. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2007.



Edição: Vol. 02 Nº. 04 (2025)

Approved: 10/10/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/pl.v2i4.98>

HOLMES, W. C.; SLAP, G. B. **Sexual abuse of boys: definitions, prevalence, correlates, sequelae and management.** Journal of the American Medical Association, v. 280, n. 21, p. 1855–1862, 1998.

JOHNSON, J. G. et al. **Childhood maltreatment increases risk for personality disorders during early adulthood.** Archives of General Psychiatry, v. 56, n. 7, p. 600–606, 1999.

LIMA, Patrícia dos Santos Lages Prata. **Abuso infantil através de gerações: herança mal dita.** Curitiba: Juruá, 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Brasil. **Guia de escuta especializada: conceitos e procedimentos éticos e protocolares.** Brasília: Childhood Brasil, 2023. Disponível em: <https://escutaespecializada.com.br/materiais/guia-de-escuta-especializada-conceitos-e-procedimentos-eticos-e-protocolares/>. Acesso em: 16 maio 2025.

ROMARO, R. A.; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões.** São Paulo: Vetor, 2007. p. 157.

SOM, Tio; LAILA, Tia. **Toque do Sim e Toque do Não.** 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dUEuILLugno>. Acesso em: 16 maio 2025.